

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão de Debêntures da AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.
- CNPJ/MF: 09.325.109/0001-73
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Juan-Gabriel Lopez Moreno
- Atividades: a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba – Divisa SC/RS, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 02, de conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e com o Contrato de Concessão.

## Características da Emissão

- Emissão: 2ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 15/12/2014
- Data de Vencimento: 15/12/2025
- Banco Escriturador/ Mandatário: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Código Cetip/ISIN: APPS12/ BRAPPSDBS013
- Coordenador Líder: Banco Itaú BBA S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados, exclusivamente, para reembolso de despesas e pagamentos de gastos e despesas futuras relativas à (i) reserva de espaço para implantação da linha verde, readequação de pista central e construção de pistas auxiliares na BR-116/PR (entre km 115,0 e km 126,6); (ii) construção de quatro trevos em desnível ao longo da BR-116 (km 116,5, km 117,3, km 127,5 e km 131,8); (iii) construção de dois trevos em nível ao longo da BR-116 (km 118,9 e km 122,7); (iv) construção de uma passarela na BR-116 (km 115,8); (v) construção de

rua lateral na BR-116 (km 128,0), no município de Fazenda Rio Grande/PR; (vi) construção de terceiras faixas ao longo da BR-116/PR e SC; e (vii) recuperação da rodovia (“Projeto”).

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 05/01/2016, foi aprovada a alteração do caput e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia.

Em AGE, realizada em 20/01/2016, foi aprovada a alteração do caput e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia.

Em AGE, realizada em 05/02/2016, foi aprovada a alteração do caput e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia.

Em AGE, realizada em 22/02/2016, foi aprovada a alteração do caput e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia.

Em AGE, realizada em 07/03/2016, foi aprovada a alteração do caput e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia.

Em AGE, realizada em 21/03/2016, foi aprovada a alteração do caput e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia.

Em AGE, realizada em 05/04/2016, foi aprovada a alteração do caput e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia.

Em AGE, realizada em 20/04/2016, foi aprovada a alteração do caput e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia.

Em AGE\*, realizada em 29/04/2016, foi aprovada a alteração da exclusão do parágrafo 2º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, e a renumeração dos parágrafos do artigo 5º.

Em AGE, realizada em 20/05/2016, foi aprovada a alteração do caput e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia.

Em AGE, realizada em 06/06/2016, foi aprovada a alteração do caput e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia.

Em AGE, realizada em 20/06/2016, foi aprovada a alteração do caput e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia.

Em AGE, realizada em 05/07/2016, foi aprovada a alteração do caput e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia.

Em AGE, realizada em 20/07/2016, foi aprovada a alteração do caput e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia.

\*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 52.21-4-00 - Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado holding;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,10 em 2015 para 0,13 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 0,21 em 2015 para 0,16 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 0,21 em 2015 para 0,16 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,28 em 2015 para 0,24 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 32,7% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou uma redução de 28,8% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 23,8% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo aumento de 3,1% de 2015 para 2016 e uma variação negativa no índice de endividamento de 8,3% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: IPCA/IBGE
- REMUNERAÇÃO\*: 8,1721% a.a.

\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

15/12/2016 – R\$ 259,969461

• POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 10.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 10.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, em relação à distribuição de dividendos ou de juros sobre capital próprio pela Emissora ou, ainda, pagamento de juros ou amortização de principal dos mútuos, o andamento do Projeto, e o índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”), conforme previsto no item 5.1, alínea “k” e Anexo II da Escritura de Emissão.

	31/12/2016
(+) Lucro Operacional (DRE) 3.05	-14.793
(+) Depreciações e Amortizações (DVA) 7.04.01	44.377
<b>(=) EBTIDA</b>	<b>29.584</b>
(+) Provisão Para Manutenção (N.E. Custos & Desp. Por Natureza)	5.218
(=) EBITDA Ajustado	34.802
IR (N.E. Imposto de Renda e Contribuição Social)	0
(+) Pagamento Juros (Fluxo de Caixa) 6.01.02.18	33.752
(+) Pagamento Principal (Fluxo de Caixa) 6.03.02	21.844
<b>ICSD</b>	<b>0,63</b>

Balanco		31/12/2016
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	24.778
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	313.226
2.01.04.02	Debentures	175
2.02.01.02	Debentures	135.139
	<b>Saldo Devedor Balanço</b>	<b>473.318</b>
	<b>Exclusões</b>	
N.E. 12	Contrato Financiamento 2011	274.493
N.E. 12	Contrato Financiamento 2014	65.336
N.E. 13	Presente Escritura de Emissão	136.250
N.E. 12 e 13	Custos de Transação	-2.761
	<b>Total Exclusões</b>	<b>473.318</b>
(=)	<b>Saldo Devedor Utilizado</b>	<b>0</b>
DRE		
3.01	<b>Receita Bruta 2016</b>	<b>279.829</b>
	<b>Índice Saldo Devedor / Receita Bruta</b>	<b>0,00%</b>



De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie com garantia real.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) cessão fiduciária de direitos creditórios; (ii) penhor de ações; e (iii) cessão fiduciária de direitos emergentes, conforme previsto na Escritura de Emissão.

As garantias acima mencionadas serão compartilhadas com as dívidas decorrentes (i) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n. 11.2.01021, celebrado com o BNDES em 03/03/2011; e (ii) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito a ser celebrado com o BNDES, cujos recursos serão destinados ao Projeto, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- (i) Denominação da companhia ofertante: **ARTERIS S.A.**
- Emissão: 2ª.
  - Valor da emissão: R\$ 300.000.000,00;
  - Quantidade de debêntures emitidas: 30.000;
  - Espécie: com garantia real;
  - Prazo de vencimento das debêntures: 01/10/2017;
  - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores\*: (i) cessão fiduciária de 49% dos dividendos e juros sobre o capital próprio de titularidade da Arteris S.A. (“Arteris”), decorrentes de sua participação na Autovias S.A. (“Autovias”), 49% dos dividendos e juros sobre o capital próprio de titularidade da Arteris, decorrentes de sua participação na Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Centrovias”), e 46,94% do fluxo de dividendos e juros sobre capital próprio de sua titularidade, decorrentes da participação da Arteris na Vianorte S.A. (em conjunto com a Autovias e a Centrovias, “Controladas”); (ii) 51%

dos dividendos e juros sobre capital próprio de titularidade da Arteris na Autovias, 51% dos dividendos e juros sobre capital próprio de titularidade da Arteris na Centrovias, e 53,06% dos dividendos e juros sobre capital próprio de titularidade da Arteris na Vianorte, após cada liberação dos ônus existentes sobre tais dividendos e juros sobre capital próprio; e (iii) 100% dos recursos depositados em determinada conta vinculada de titularidade da Arteris, não movimentável livremente pela Arteris, na qual deverá ser depositada a totalidade dos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas Controladas à Arteris;

\*Redação em conformidade com o 1º. Aditamento à Escritura de Emissão.

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

03/10/2016 – R\$ 3.333,330000

Juros:

01/04/2016 – R\$ 776,690530

03/10/2016 – R\$ 802,483300

Prêmio:

09/09/2016 – R\$ 50,000000

(ii) Denominação da companhia ofertante: **ARTERIS S.A.**

- Emissão: 3ª.
- Valor da emissão: R\$ 750.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 75.000;
- Espécie: com garantia real;
- Prazo de vencimento das debêntures: 19/12/2016;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores\*: (i) Cessão fiduciária de (a) quaisquer eventuais indenizações que a Arteris S.A. venha a receber em relação aos ativos da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Intervias”), (b) da totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio provenientes da totalidade das ações de emissão da Intervias detidas pela Arteris S.A.; e (c) de 100% dos recursos depositados em determinada conta vinculada de titularidade da Arteris S.A., não movimentável livremente pela Arteris S.A., na qual deverão ser depositados todos os recursos mencionados nos itens (a) e (b) acima, bem como os investimentos e reinvestimentos e demais direitos, privilégios, preferências e prerrogativas com relação a tais recursos, nos termos do respectivo contrato e da Escritura de Emissão.

No prazo de até 180 dias contados da data de emissão das debêntures, as obrigações garantidas contarão adicionalmente com a garantia de (d) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão de uma sociedade controlada integralmente pela Arteris S.A., que será a detentora direta de no mínimo 49% das ações da Intervias (“Sub-Holding”), (e) cessão fiduciária todos os recursos provenientes de eventual venda e/ou alienação de quaisquer ações detidas pela Arteris S.A. na Sub-Holding a terceiros, bem como quaisquer indenizações que a Arteris S.A. venha a receber em relação a tais ações, (f) cessão fiduciária de 100% dos recursos depositados em determinada conta vinculada de titularidade da Arteris S.A., não movimentável livremente pela Arteris S.A., na qual deverão ser depositados todos os recursos mencionados nos itens (e) e (f) acima, bem como os investimentos e reinvestimentos e demais direitos, privilégios, preferências e prerrogativas com relação a tais recursos, nos termos do respectivo contrato e Escritura de Emissão.

\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

19/12/2016 – R\$ 10.000,000000 (vencimento)

Juros:

19/06/2016 – R\$ 770,039080

19/12/2016 – R\$ 784,58082000

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

**fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

**PENTÁGONO S.A. DTVM**

## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

## Anexo 1

### DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.171.003	989.287	812.520
1.01	Ativo Circulante	19.724	16.158	18.658
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.372	6.891	8.052
1.01.03	Contas a Receber	5.268	5.162	6.091
1.01.03.01	Clientes	5.268	5.142	5.541
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	20	450
1.01.03.02.01	Contas a Receber Partes Relacionadas	0	20	450
1.01.04	Estoques	0	0	888
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.705	2.581	1.868
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.705	2.581	1.868
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.196	1.413	874
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	183	111	885
1.01.08.03	Outros	183	111	885
1.01.08.03.02	Outros	183	111	885
1.02	Ativo Não Circulante	1.151.279	973.129	793.862
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	90.198	59.485	37.954
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	11.753	7.487	8.251
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	11.753	7.487	8.251
1.02.01.06	Tributos Diferidos	59.495	33.866	12.715
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	59.495	33.866	12.715
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	772	113	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.178	18.019	16.988
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	18.178	18.019	16.988
1.02.03	Imobilizado	1.730	1.349	1.389
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.730	1.349	1.389
1.02.04	Intangível	1.055.677	906.824	747.252
1.02.04.01	Intangíveis	1.055.677	906.824	747.252
1.02.05	Diferido	3.674	5.471	7.267

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**
**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.171.003	989.287	812.520
2.01	Passivo Circulante	121.448	77.090	103.971
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.575	3.537	2.943
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.575	3.537	2.943
2.01.02	Fornecedores	22.814	11.424	21.226
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.814	11.424	21.226
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.549	1.873	2.524
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.446	1.161	1.428
2.01.03.01.02	IRRF	1.485	425	359
2.01.03.01.03	PIS	72	63	68
2.01.03.01.04	COFINS	335	292	315
2.01.03.01.05	Tributos Federais Retidos	554	381	685
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.103	712	1.096
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	24.953	22.735	34.029
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	24.778	22.735	18.030
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	24.778	22.735	18.030
2.01.04.02	Debêntures	175	0	15.999
2.01.05	Outras Obrigações	44.372	36.304	38.165
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	35.450	25.795	31.934
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.387	3.093	14.779
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	34.063	22.702	17.155
2.01.05.02	Outros	8.922	10.509	6.231
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	5.504	8.794	5.730
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	264	242	224
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	3.154	1.473	277
2.01.06	Provisões	22.185	1.217	5.084
2.01.06.02	Outras Provisões	22.185	1.217	5.084
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovia	0	1.217	5.084
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	22.185	0	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**
**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02	Passivo Não Circulante	711.389	690.273	480.163
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	448.365	438.760	285.711
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	313.226	319.386	285.878
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	313.226	319.386	285.878
2.02.01.02	Debêntures	135.139	119.374	-167
2.02.02	Outras Obrigações	225.440	206.910	160.075
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	225.440	206.608	160.075
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	225.440	206.608	160.075
2.02.02.02	Outros	0	302	0
2.02.04	Provisões	37.584	44.603	34.377
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.855	120	364
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	171	41	75
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	296	79	289
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	10.388	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	26.729	44.483	34.013
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	26.729	41.049	34.013
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovia	0	3.434	0
2.03	Patrimônio Líquido	338.166	221.924	228.386
2.03.01	Capital Social Realizado	448.818	282.818	247.818
2.03.04	Reservas de Lucros	0	254	254
2.03.04.01	Reserva Legal	0	254	254
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-110.652	-61.148	-19.686



## Anexo 2

### DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	279.829	279.373	302.810
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-271.807	-275.786	-272.329
3.02.01	Custos dos Serviços Prestados	-104.262	-96.386	-75.116
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-167.545	-179.400	-197.213
3.03	Resultado Bruto	8.022	3.587	30.481
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.815	-12.988	-12.242
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.967	-12.988	-12.276
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-21.779	-11.915	-11.404
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-1.188	-1.073	-872
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	152	0	34
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-14.793	-9.401	18.239
3.06	Resultado Financeiro	-60.594	-63.212	-30.582
3.06.01	Receitas Financeiras	2.622	5.974	5.925
3.06.02	Despesas Financeiras	-63.216	-69.186	-36.507
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-75.387	-62.613	-12.343
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	25.629	21.151	4.193
3.08.02	Diferido	25.629	21.151	4.193
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-49.758	-41.462	-8.150
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-49.758	-41.462	-8.150
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,11440	-0,16600	-0,04081
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,11440	-0,16600	-0,04081

## Anexo 3

### **Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva**

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

#### SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Planalto Sul S.A

Rio Negro - PR

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos a seguir e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (TAG) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no TAG e o número de eixos reais do veículo passante).

Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do ativo intangível ao seu valor recuperável

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e obras realizadas nas rodovias e representa 90% do total do ativo. A avaliação da recuperação do ativo intangível da Sociedade, que está em fase inicial do contrato de concessão, e que realiza obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas, para avaliação das premissas e as metodologias usadas pela Sociedade, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. Examinamos também a adequação das divulgações da Sociedade, incluindo as premissas às quais o resultado do teste de recuperação de ativos é mais sensível, ou seja, aquelas que têm efeito mais significativo sobre o valor recuperável do ativo intangível. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa 2 "Concessões" que evidencia a natureza da concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos, e na nota explicativa 10 "Intangível", que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício.

#### Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais saldos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais acumulados podem ser realizados. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria porque o processo de avaliação da realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferido envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas fiscais. Avaliamos se estas estimativas justificam uma expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados. Consideramos também a adequação das divulgações nas notas explicativas 4 "principais práticas contábeis" e 7 "Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos" sobre os impostos diferidos reconhecidos.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe a incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos e condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas de controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4